

## PROJETO DE LEI ORDINÁRIA

(Dos Vereadores Eli Stefanello, Eliane C. Alves da Costa e José H. Milhome)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de aceitação de receitas médicas emitidas por médicos da rede privada para o fornecimento de medicamentos, insumos e tratamentos disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde - SUS no Município de Corbélia, Estado do Paraná, e dá outras providências.

A Câmara Municipal Decreta:

**Art.1º** Fica o Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, obrigado a aceitar receitas médicas, relatórios, prescrições e requisições emitidas por médicos e demais profissionais de saúde habilitados da rede privada, para fins de fornecimento de medicamentos, insumos, exames e tratamentos disponibilizados no Sistema Único de Saúde - SUS, no Município de Corbélia/PR.

**Art.2º** O disposto no art. 1º aplica-se aos medicamentos, insumos e tratamentos constantes:

- I – da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais - REMUME;
- II – das listas estaduais de medicamentos do Componente Básico e Especializado da Assistência Farmacêutica;
- III – das listas federais do SUS;
- IV – dos programas específicos mantidos pela Secretaria Municipal de Saúde;
- V – dos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas vigentes.

**Art.2º** Para fins de atendimento do disposto nesta Lei, serão consideradas válidas as receitas e prescrições médicas emitidas por profissionais da rede privada desde que contenham:

- I – identificação legível do paciente;
- II – identificação completa do profissional prescritor, com nome, CRM e assinatura;

III – identificação do medicamento ou tratamento, com dosagem, posologia, duração e justificativa quando exigida por protocolo clínico;

IV – data da prescrição.

**Art.4º** É vedado ao Município exigir nova consulta na rede pública de saúde apenas para validar receita emitida por profissional da rede privada, salvo nos casos de:

I – prescrição de medicamento que não conste REMUME ou em lista oficial;

II – prescrição que exija justificativa técnica complementar prevista em protocolo estadual ou federal;

III – medicamentos controlados sujeitos regulamentação sanitária específica;

IV – situações clínicas que exijam acompanhamento obrigatório na Atenção Primária do SUS.

**Art.5º** A Secretaria Municipal de Saúde poderá estabelecer fluxos, registros e controles internos necessários à execução do disposto nesta Lei, desde que não imponham obstáculos ao acesso do usuário ao medicamento ou tratamento prescrito.

**Art.6º** A recusa imotivada ou injustificada da receita oriunda de profissional da rede privada poderá implicar responsabilidade administrativa, na forma da legislação municipal aplicável.

**Art.7º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei, se necessário, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data de sua publicação.

**Art.8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Corbélia, 15 de dezembro de 2025.

  
Eli Stefanello  
Data 15/12/2025 15:18  
#c84c290ed9de11f0800e42010a2b601f

SIGNATÁRIO

**ELI STEFANELLO**  
Vereador

**ELIANE C. ALVES DA COSTA**  
Vereadora

**JOSÉ HELENO MILHOME**  
Vereador

## JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo garantir a efetividade do direito constitucional à saúde e impedir que usuários do Sistema Único de Saúde de Corbélia/PR encontrem barreiras indevidas para acessar medicamentos, tratamentos ou insumos disponibilizados pela rede municipal.


É comum, em diversos municípios, a negativa de fornecimento de medicamento quando o paciente apresenta receita originada de médico particular. Tal prática, além de injusta, viola o princípio da integralidade do SUS e contraria a jurisprudência dominante, que reconhece que: "Receitas particulares possuem a mesma validade das prescrições emitidas por médicos da rede pública para fins de acesso a medicamentos fornecidos pelo SUS."

A prescrição médica é um ato técnico e privativo de profissional habilitado, não importando se vinculado à rede pública ou privada. O Município de Corbélia, assim como outros municípios paranaenses, possui REMUME organizada e estabelece fluxos de assistência farmacêutica, mas ainda enfrenta demandas de munícipes que têm recusado atendimento por apresentarem receitas particulares.

Portanto, o objetivo da presente lei é:

- Assegurar equidade no acesso aos serviços públicos;
- Eliminar burocracias desnecessárias;
- Garantir continuidade terapêutica;
- Evitar duplicidade de consultas;
- Atender às recomendações do Ministério da Saúde e boas práticas de gestão;
- Promover integridade e legalidade no atendimento.

Trata-se de medida simples, constitucional e de inegável interesse público, razão pela qual solicitamos a aprovação.

  
Eli Stefanello  
Data 15/12/2025 15:18  
#c84c290ed9de11f0800e42010a2b601f

**ELI STEFANELLO**  
Vereador

**ELIANE C. ALVES DA COSTA**  
Vereadora

**JOSÉ HELENO MILHOME**  
Vereador